

# **Não tenhais medo!**

## **Da dificuldade de construir a “nova paróquia”**

*Paulo Suess*

Em sua 51ª Assembleia Geral, realizada de 10 a 19 de abril de 2013, em Aparecida, a CNBB aprovou “um texto de estudo” que lembra tópicos herdados dos documentos de Puebla, Santo Domingo e Aparecida (cf. P 644, SD 58, DAp 99e, 170, 179, 309): “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”. Como herança e imperativo de Puebla, Santo Domingo e Aparecida, a paróquia “comunidade de comunidades” foi genericamente assumida nas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2011-2015” (DGAE, n.99) que consideram ser “urgente que a paróquia se torne, cada vez mais, comunidade de comunidades vivas e dinâmicas de discípulos missionários de Jesus Cristo”. Agora, a 51ª Assembleia Geral procurou através da assunção contextualizada de um novo comunitarismo, na contramão do individualismo da época, construir “uma nova paróquia”.

O texto discutido na CNBB “tem por finalidade suscitar reflexões, debates e revisões da prática pastoral” no intuito de iniciar um “processo de construção da *nova paróquia*” (n. 5). O texto não foi pensado como ponto de partida para a construção de um novo documento da CNBB com a participação das bases paroquiais, mas como um modelo que, na prática pastoral, deve ser adaptado “aos diferentes contextos”. Dessa adaptação vai depender, assim reza a Introdução, o “êxito” da construção dessa nova paróquia (n. 5).

Algo semelhante aconteceu no começo do Vaticano II (1962). A Cúria Romana preparou textos e os bispos do mundo inteiro deveriam aceitar esses textos e adaptá-los às suas realidades. Mas os padres conciliares não aceitaram esse método. Provavelmente havia um mal-estar semelhante no setor maioritário da 51ª Assembleia de Aparecida, quando decidiu dar mais um tempo para transformar um “Caderno Amarelo” ou “Verde” em “Documento Azul”. Resta saber se o trabalho das bases é apenas fazer um novo arranjo de flores que já foram cortadas ou se é possível levar cestos de flores do campo ao santuário de Aparecida por ocasião da próxima Assembleia da CNBB.

## **1. Opção metodológica**

Supõe-se que o envio do texto às bases é, em primeiro lugar, um envio ao povo de Deus e não aos assessores do povo de Deus. Segundo, que o texto não foi enviado para ser confirmado, mas para ser discutido e renovado. A partir dessas suposições, a primeira pergunta às comunidades deveria ser: "Vocês querem que se trabalhe as reflexões sobre a nova paróquia na moldura do método indutivo ou dedutivo?" A diferença entre os dois métodos e seu impacto sobre o conteúdo são grandes. Sinteticamente poder-se-ia dizer: O método dedutivo aplica princípios gerais aos contextos e sua realidade concreta. Faz 42 anos, que Paulo VI nos lembrou em sua Carta Apostólica *Octogesima adveniens* (14.5.1971), que

não basta recordar os princípios, afirmar as intenções, fazer notar as injustiças gritantes e proferir denúncias proféticas; estas palavras ficarão sem efeito real, se elas não forem acompanhadas, para cada um em particular, de uma tomada de consciência mais viva da sua própria responsabilidade e de uma ação efetiva (AO 48,2).

O método indutivo procura, a partir da realidade concreta em que o povo vive, a partir da realidade contextual e histórica, a partir das causas de estruturas paroquiais caducas, construir novos modelos comunitários que serão sempre submetidas a novas experiências.

O texto da CNBB tem quatro capítulos: perspectivas bíblica (1), teológica (2), pastoral (4). Só no terceiro capítulo entra a realidade com uma reflexão sobre "novos contextos: desafios à paróquia". Como as reflexões bíblicas e teológicas precedem os novos contextos e desafios paroquiais, não podem responder a esses contextos e desafios. É uma opção metodológica aquém do DAp. Aparecida traz já na primeira parte o "olhar dos discípulos missionários sobre a realidade" sociocultural, econômica, sociopolítica, étnica, ecológica (33-97) e eclesial diante de desafios novos e herdados [98-100]. Segundo Aparecida, a missão dos discípulos missionários nessa realidade é sempre implícita ou explicitamente uma missão evangelizadora, integral, específica, contextual e universal que nos conduz "ao coração do mundo", onde abraçamos "a realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo" (148).

O texto da CNBB, que propõe para a construção da nova paróquia “ter diante de nós [...] o próprio Jesus e sua maneira de suscitar, organizar e orientar a vida em comunidade” (n. 3), comete um equívoco histórico e mostra como o método dedutivo, por vezes, se aproxima ao fundamentalismo. Nesse caso, a reflexão bíblica não responde aos desafios posteriormente apontados nem apoia a “conversão pastoral” (DAp 370) almejada. A cristologia das entrelinhas se tornar jesulogia.

## **2. A tradição metodológica recente**

A cura do cego, nos evangelhos sinóticos, é o último e mais significativo sinal de Jesus. Antes de aderir ao Caminho precisa vê-lo. O papa João XXIII autorizou e assumiu o método indutivo em sua Carta Encíclica *Mater et magistra* (1961), onde escreve: “Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases [...]. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: *ver, julgar e agir*” (MM 232). É o método do *aggiornamento*, das portas abertas, do serviço à humanidade. A Constituição Pastoral *Gaudium et spes* assumiu o discurso indutivo, partindo da vida concreta da humanidade, de suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias (cf. GS 1). A transformação da paróquia tem que levar em conta essa “vida concreta da humanidade”, seus horários e itinerários, seu lazer e trabalho, seus espaços de vida e suas redes de comunicação.

Em sua Encíclica *Ecclesiam suam* (n. 27), Paulo VI assume o discurso do *aggiornamento* de João XXIII “como orientação programática”. Na última sessão do Concílio, o papa respondeu ao setor que acusou o método indutivo do Concílio de ter desviado o foco teológico das matérias tratadas para um foco antropológico:

Desviado, não; voltado, sim. Mas quem observa honestamente este interesse prevalente do Concílio pelos valores humanos e temporais, não pode negar que tal interesse se deve ao carácter pastoral que o Concílio escolheu como programa, e deverá reconhecer que esse mesmo interesse jamais está separado do interesse religioso mais autêntico, devido à caridade que é a única a inspirá-lo (7.12.1965).

Sem análise da realidade da paróquia contemporânea e da vida das pessoas que vivem nos condicionamentos dessa realidade, a reflexão bíblica e teológica representam justaposições, oferecendo o verniz de ideais e princípios passado por cima das estruturas obsoletas. Aliás, o método indutivo é inclusive uma alternativa evangélica ao sistema capitalista, que impõe regras e metas a partir de uma matriz central para facilitar a criação de uma monocultura colonizadora supervisionada por capatazes que administram filiais.

O pensamento indutivo dá voz de intervenção à realidade concreta. Não teríamos que assim interpretar o gesto do papa Francisco na Jornada Mundial da Juventude, no Rio, que, antes de falar aos jovens, visita o Hospital São Francisco de Assis que se dedica à recuperação de dependentes químicos e indigentes. Antes de dar orientações programáticas, o papa se reúne com a Comunidade da Varginha que faz parte de uma grande favela e com cinco jovens detentos. A “conversão pastoral” vai depender dessa voz da realidade que interfere sobre nosso discurso.

Na construção de um texto sobre a “nova paróquia” precisamos não só permitir, mas pedir e incentivar a participação das comunidades. Como transformar as estruturas comunitárias que existem nas igrejas, nos diferentes conselhos e nos sínodos, por exemplo, de instâncias consultivas em instâncias deliberativas? Como transformar estruturas de supervisão, de visitas rápidas e horas marcadas em estruturas de presença inculturada? O povo prefere, às vezes, um pastor tocável a um padre Fórmula 1. Essas perguntas configuram projetos e a metodologia do próprio texto poderia ser um exemplo para a construção da “nova paróquia” que será participativa, descentralizada e missionária.

### **3. A paróquia missionária**

O método dedutivo do texto debatido na Assembleia da CNBB não corresponde às exigências da “nova paróquia” que precisa tomar as suas decisões a partir da realidade concreta e não a partir de princípios abstratos que não funcionaram. Se tivessem funcionado não refletiríamos, nesse momento, sobre a “nova paróquia”. A “conversão pastoral” é exatamente a transformação de uma pastoral dedutiva, concentrada na mão do pároco

que considera as comunidades suas filiais com franquias padronizadas, em pastoral indutiva.

Desde os anos 60, essa “conversão pastoral” já está em andamento. Não precisamos inventar a roda, mas dar uma força institucional para fazer girá-la “em comunhão e participação”. Quantos de nós, leig@s, religios@s e sacerdotes não conhecem essas comunidades de comunidades nas quais aprofundamos a nossa fé com a fé do povo de Deus, ampliamos nosso horizonte de vida com o sofrimento dos pequenos e fortalecemos nossa esperança ao consolar os desesperados! À maioria dos agentes pastorais não faltam virtudes. Às vezes faltam e faltaram critérios na avaliação de sua vocação, faltam tempo e paciência para viver seu ministério no meio do povo, falta compreensão na administração de conflitos e mudanças.

Temos que fazer ressoar a mensagem do Ressuscitado: “Alegrai-vos! Não tenhais medo!” (Mt 28,9.10). Não tenhais medo de dizer às comunidades: “Vocês são Igreja plena e nós, agentes de pastoral, sobretudo os bispos, nos empenhamos que essa plenitude não seja apenas espiritual ou virtual, mas também sacramental”. As comunidades querem uma pastoral integral, nem “uma pastoral de conservação, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase na prévia evangelização” (Medellín, 6,1.2), nem uma pastoral sem “a participação plena na Eucaristia dominical” (DAp 253, cf. 149), já que “a Eucaristia é o lugar privilegiado do encontro do discípulo com Jesus Cristo” (DAp 251) e o viático do missionário peregrino.

“Não tenhais medo” de dizer ao povo: para que essa plena participação na Eucaristia aconteça, existem, na Igreja Católica, dificuldades na compreensão da competência sacramental. Mas existe também o imperativo da lei suprema que representa o último Artigo (cf. Cân. 1752) do Direito Canônico: “A salvação das almas deve sempre ser a lei suprema”. Em função dessa “lei suprema” e da “comunidade de comunidades” precisamos repensar o tratado sacramental que se formou, basicamente, no tempo pós-apostólico e medieval. Ao menos precisamos explicar onde estão as dificuldades, as possibilidades e impossibilidades de avançar na discussão sobre os “viri probati” que parou logo depois do concílio.

Desde as origens da cristandade, o grande desafio pastoral, que é o pivô da “comunidade de comunidades missionárias” foi transformar os

crístãos culturais e tradicionais em discípulos missionários. O processo de urbanização, a volatilidade religiosa pós-moderna e a estrutura ministerial inadequada à realidade pastoral, associados a muitos outros fatores, produziram, na América Latina e no Caribe, uma redução dos católicos e presbíteros em números absolutos (DAp 100a).

A precariedade numérica faz repensar a riqueza da "natureza missionária" do povo de Deus. Como deixar aflorar essa "natureza missionária", aprisionada por estruturas institucionais? Como abrir os olhos dos batizados para a realidade do continente e do mundo, e chamá-los à sua responsabilidade (DAp 14, 33)? A realidade interpela aos crístãos e seus pastores; cobra coerência com as promessas e os imperativos do Evangelho e "um compromisso com a realidade" (DAp 491).

A análise foi feita por Aparecida. O texto sobre a "nova paróquia" não precisa repetir as análises, mas coloca-las no chão concreto das comunidades. Não tenhais medo de receber respostas ou propostas inesperadas das comunidades! Onde encontram-se exemplos dessa missionariedade? Não vamos dar respostas à perguntas que não existem! Não vamos proibir temas sobre os quais não se pode falar! Deixemos as comunidades falar sobre as estruturas paroquiais caducadas e sonhar com a "nova paróquia"! A novidade da paróquia será a sua missionariedade como paróquia samaritana e advogada da justiça dos pobres. Essa missionariedade perpassa todos os planos pastorais, o livro de caixa, a formação dos agentes. Ela é vivida a partir de pequenas comunidades que aprofundam sua fé na leitura da palavra de Deus, celebram sua vida na Eucaristia e, ao anunciar a proximidade do Reino, procuram seguir Jesus, na responsabilidade para com o mundo além de qualquer fronteira (*urbi et orbi*), capaz de se converter, de perdoar e de curar as feridas da humanidade (cf. Mc 1,15; RMI 14,2).

#### **4. Horizonte metodológicos – Quatro passos**

1. **VISÃO:** levantamento da realidade da paróquia e do povo com o povo.

2. **PARTICIPAÇÃO:** estruturar e discutir esse levantamento com lideranças que estão em processo de formação permanente.

3. **COMUNHÃO**: construção das comunidades com as lideranças bem esclarecidas sobre metodologia e objetivos.

4. **MISSÃO**: anúncio do Reino aos pobres, conversão, perdão, cura real e/ou simbólica das feridas da humanidade. Da **MISSÃO**, o discípulo missionário traz sempre uma **VISÃO** mais profunda da realidade. O processo metodológico é de uma espiral que continua, não de um círculo que repete.

